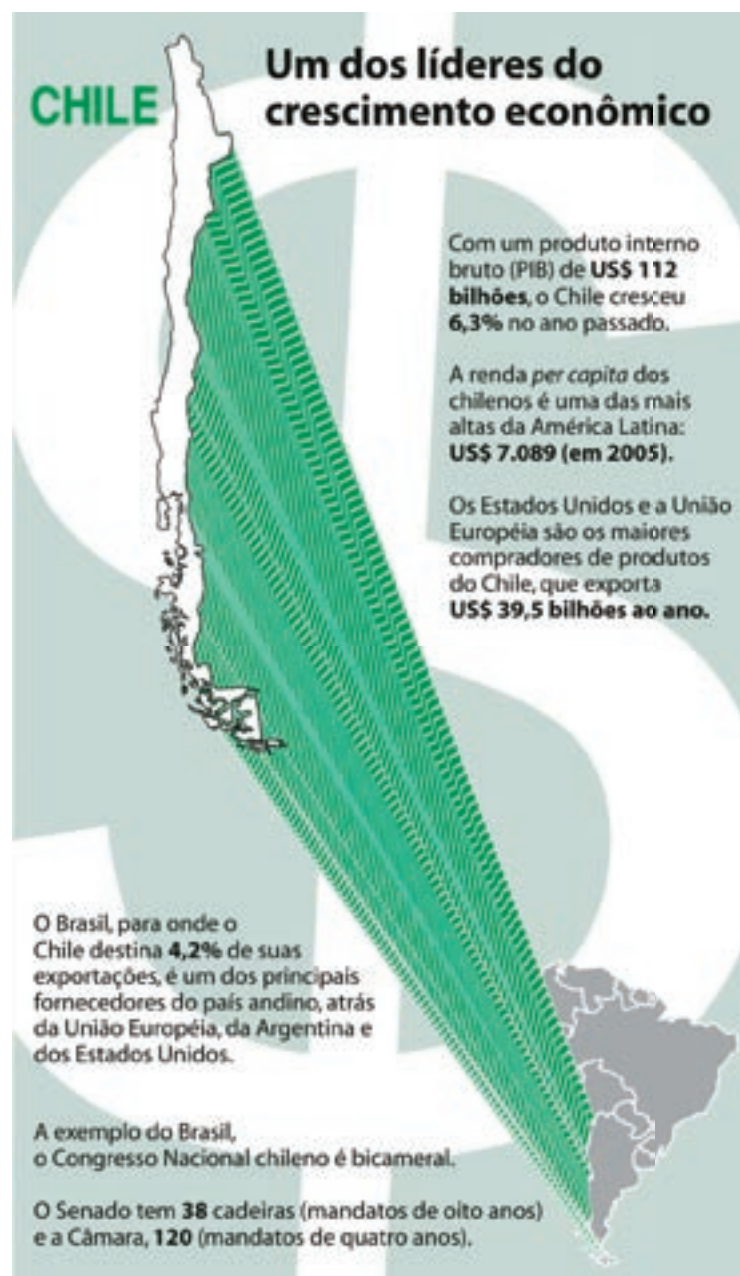


Congresso faz sessão solene em homenagem à presidenta chilena

Sessão solene do Congresso Nacional, a ser realizada no Plenário do Senado, homenageia hoje, às 16h30, a presidenta do Chile, Michelle Bachelet. Primeira mulher a governar aquele país, ela está no Brasil em visita oficial, a convite do presidente Lula. **Página 7**



Orçamento da União pode ser votado hoje

Insatisfação de estados exportadores ainda é o principal obstáculo à votação da proposta, marcada para hoje, às 11h. **Página 3**

Prefeituras discutem impacto do novo mínimo

Enquanto algumas prevêm elevação das receitas para cobrir despesas, outras acham que não podem pagar novo mínimo. **Página 7**

Bastos vem ao Senado na próxima semana

Enquanto governistas tentam antecipar depoimento, oposicionistas querem ouvir, primeiro, Jorge Mattoso e Arnaldo Malheiros

Ficou para a próxima semana o depoimento do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no Senado. O próprio Bastos tentou antecipar o esclarecimento de denúncias de participação no episódio da quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, mas a oposição não concordou. Quer ouvir, antes de Bastos, Jorge Mattoso, ex-pre-

sidente da Caixa Econômica Federal, e o advogado Arnaldo Malheiros. Esses dois depoimentos estão na pauta da CPI dos Bingos, enquanto a audiência com o ministro da Justiça deve ocorrer no Plenário do Senado. O anúncio sobre o comparecimento de Bastos foi feito pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, diante da falta de acordo entre governo e oposição. **Página 4**



Renan (C) recebe o relatório: da esquerda para a direita, ACM Neto, Asdrubal Bentes, Delcídio Amaral e Osmar Serraglio

Renan considera prejudicado o recurso do PT

Aprovado depois de muita disputa entre governistas e oposicionistas, o relatório da CPI dos Correios cumpre seu destino final: será publicado no *Diário do Congresso* e enviado à Polícia Federal e ao Ministério Público. Ao receber o documento das mãos do presidente da CPI, Delcídio Amaral, e do relator, Osmar Serraglio, o presidente do Senado, Renan Calheiros,

considerou prejudicado o recurso interposto pelo PT contra a votação que marcou o encerramento dos trabalhos da comissão. Estiveram no gabinete de Renan também o vice-presidente da CPI, Asdrubal Bentes, e o sub-relator Antonio Carlos Magalhães Neto. No Plenário, o senador Pedro Simon destacou a "imparcialidade" de Delcídio e a "firmeza" de Serraglio. **Página 5**

Senador propõe que tratamento seja semelhante ao concedido aos brasileiros que ingressam nos EUA

ACM quer impor restrição à entrada de norte-americanos

Ao protestar contra o tratamento dado aos brasileiros na entrada nos Estados Unidos, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu reciprocidade quando cidadãos daquele país ingressarem em território brasileiro. Ele antecipou que, como relator de matéria que trata do assunto, apresentará parecer propondo restrições à entrada de norte-americanos no Brasil.

– Não é possível que pessoas com documentação regular fiquem detidas durante cinco, seis, sete horas para depois saberem se serão deportadas ou soltas para permanecer em território norte-americano. Eles terão que passar pelos mesmos vexames que os brasileiros passam lá. Terão que ser revistados, como fizeram com o ministro do Exterior do governo passado – afirmou.

O senador comunicou que os constrangimentos são impostos até mesmo aos portadores de passaporte diplomático. A arrogância demonstrada pelos norte-americanos, disse, é a responsável pelo fato de o país ser odiado em diversas partes do mundo. Mesmo que haja diminuição no número de norte-americanos que visitam o Brasil, observou ele, o governo e o Congresso devem tomar providências para que o país não continue a ser humilhado.

Em aparte, Patrícia Saboya



“Eles terão que passar pelo mesmo vexame que os brasileiros passam lá”, diz ACM

(PSB-CE) revelou que, ao tentar ingressar nos Estados Unidos, portando passaporte diplomático, permaneceu por três horas em uma sala sem direito sequer a telefonar para a embaixada brasileira.

– Só resolveram quando, como dizemos lá no Ceará, fiquei abusada e falei que aquilo não era forma de tratar uma pessoa – disse.

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou que o tratamento desrespeitoso não é concedido apenas a brasileiros, mas se tornou comum após o 11 de setembro. Já Sibá Machado (PT-AC) opinou que episódios como o ocorrido com a senadora Patrícia Saboya atingem a dignidade do Brasil.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, garantiu que fará tudo o que for possível para mudar o tratamento dispensado aos brasileiros que tentam entrar em território norte-americano.

Roosevelt Pinheiro

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão em homenagem a Michelle Bachelet

Em visita oficial ao Brasil, a presidenta do Chile, Michelle Bachelet, será homenageada em sessão solene do Congresso, às 16h30. É a primeira vez que a chefe de Estado vem ao país. Ela deve assinar acordos de

cooperação entre Brasil e Chile no encontro que terá com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também está prevista para hoje, às 11h, sessão do Congresso Nacional para votar o Orçamento de 2006.



Acordo de lideranças poderá destrancar a pauta

Na sessão de hoje, às 14h, os senadores continuam buscando acordos entre lideranças que viabilizem a liberação da pauta de

votações, trancada desde março por medidas provisórias e projetos de conversão. As demais propostas só podem ser analisadas após a de-

sobstrução da agenda. Entre as que aguardam a liberação da pauta está a proposta que tipifica o tráfico de pessoas para emigração ilegal.

Secretário-adjunto do Tesouro fala sobre contrato irregular

O secretário-adjunto do Tesouro, Jorge Khalil (foto), comparece à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 9h30, para explicar a operação de crédito entre o estado do Maranhão e a empreiteira

Camargo Corrêa, alvo de denúncias de irregularidades. Depois da audiência, a CAE examina projetos de lei, como o que cria a zona de incentivos fiscais em São Luís (PLS 385/05).



Comissão analisa incentivo a programas para lazer do trabalhador

Às 18h30, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) discute, entre outros itens, proposta que dispõe sobre

a dedução do lucro tributável, no Imposto de Renda Pessoa Jurídica, de despesas com programas para lazer do trabalhador e institui o

vale-hospedagem. Também na pauta da CDR a proposta que inclui nova fonte de recursos no Fundo Geral de Turismo (Fungetur).



Educação e Infra-Estrutura ouvem o presidente da Petrobras

Às 10h, as comissões de Educação (CE) e de Infra-Estrutura (CI) questionam o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (foto), sobre a campanha de divulgação da auto-suficiência brasileira de petróleo. A CI volta a se reunir às 14h,

para analisar as indicações de Victor Martins para a Agência Nacional do Petróleo (ANP); e de Romeu Donizete Rufino e José Guilherme Silva Menezes Senna para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Regra para embalagem de alimentos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza reunião às 10h. Na pauta, projeto (PLS 26/03) proibindo o destaque e a publicidade de características nutritivas dos produtos nas embalagens, para evitar que o consumidor seja enganado. O parecer do relator é contrário ao texto.

Produção de cal em exame na CMA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) tem reunião às 11h30. Além de requerimentos e avisos do Tribunal de Contas da União, o colegiado discute o projeto que normatiza a produção de cal para eliminar os riscos de poluição ambiental.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Gilvam Borges, Alvaro Dias, César Borges e Mão Santa



Para atender aos estados, Valadares sugere cortes nas emendas coletivas

Valadares defende acordo para garantir votação esta semana

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apelou às lideranças para que fechem um acordo destinado a viabilizar a aprovação do Orçamento deste ano. Segundo matéria do **Jornal do Senado**, citada pelo senador, os governadores dos estados exportadores exigem os mesmos R\$ 5,2 bilhões previstos no Orçamento de 2005 para compensar isenções.

Diante da resistência dos estados, uma saída, na opinião de Valadares, seria fazer ajustes a partir de cortes nas emendas coletivas. Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) observou que 42% dessa compensação beneficiam Minas Gerais e São Paulo.

Reivindicação dos governadores para que seja aumentado em R\$ 1,8 bilhão o ressarcimento aos estados, previsto na Lei Kandir, pode impedir a deliberação

Congresso deve votar hoje a proposta de lei orçamentária

Com quase quatro meses de atraso, o Congresso Nacional deve votar hoje, em sessão convocada para as 11h, o projeto de lei do Orçamento da União para este ano. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), está disposto a obstruir a votação, com pedido de verificação de quórum, caso a proposta orçamentária não destine R\$ 110 milhões para a construção do gasoduto de Coari-Manaus.

Outro problema que pode dificultar a votação da proposta do Orçamento de 2006 é a insatisfação dos governadores de estados exportadores com a destinação de apenas R\$ 3,4 bilhões para compensar perdas com a isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A isenção está prevista na Lei Kandir e incide sobre determinados produtos exportados. Por

reivindicação dos governadores, parlamentares exigem o mesmo valor liberado no ano passado, ou seja, R\$ 5,2 bilhões.

O substitutivo aprovado semana passada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), elaborado pelo relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC), aumenta em R\$ 15,6 bilhões a previsão de receita constante no projeto enviado pelo Executivo em agosto de 2005. O acréscimo tem endereços certos: reajuste do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350; correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física; e ampliação dos investimentos públicos em 48%.

Plano Plurianual

Após a sessão do Congresso Nacional destinada a votar o Orçamento da União, a Comissão de Orçamento reúne-se, às 14h30, para apreciar uma extensa

pauta. O destaque é o relatório do senador Sibá Machado (PT-AC) ao projeto do governo que altera o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004 a 2007.

Sibá Machado anuncia que irá preservar quase que a integralidade do relatório apresentado pelo seu antecessor, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), incluindo a manutenção do superávit primário em 4,25% até 2007, além dos demais padrões econômicos.

Consta ainda da pauta da comissão o exame de requerimento de autoria do deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA) que convida o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Tarso Genro, a prestar esclarecimentos ao colegiado sobre questões relacionadas às compensações pelas perdas tributárias dos governos estaduais decorrentes da desoneração das exportações.



Adoção do sistema no país, mediante lei de autoria de Maciel, completa dez anos

Cresce no Brasil o uso da arbitragem comercial, diz Maciel

Autor da Lei de Arbitragem, o senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu, em Plenário, a necessidade de esse sistema continuar recebendo o apoio de toda a sociedade brasileira. Ele destacou que pesquisas apuraram um crescimento gradativo no uso da arbitragem nos últimos anos.

Maciel informou que no dia 10 de maio será lançado, no Salão Negro do Congresso, o livro *Operação Arbitrer – A história da Lei nº 9.307/96 sobre a arbitragem comercial no Brasil*. A obra, de autoria do advogado pernambucano Petrônio Muniz, foi editada pelo Instituto Tancredo Neves, vinculado ao PFL.

Estados se mobilizam por maior compensação

Pelo menos 14 governadores estarão hoje no Congresso Nacional para demonstrar aos parlamentares que o governo federal está tentando jogar sobre os estados quase todo o peso das isenções de impostos estaduais nas exportações. Nos últimos meses, os governadores travaram uma batalha com os líderes do governo na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e acabaram perdendo R\$ 1,8 bilhão de repasses federais destinados a compensar as perdas dos estados (Lei Kandir).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou em Plenário que vai receber os governadores antes da reunião do Congresso para votação do projeto da lei orçamentária de 2006, marcada para as 11h. Pouco antes, vários senadores haviam discursado pedindo urgência na votação do Orçamento. Segundo eles, sem essa lei as prefeituras não poderão assinar convênios com a União para obras sociais e de infra-estrutura.

Destaque

Os governadores tentarão convencer os parlamentares a aprovar um destaque do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que destina mais R\$ 1,8 bilhão à Lei Kandir neste ano. Se aprovado, os estados terão o mesmo ressarcimento



Calheiros (D) anuncia em Plenário que, antes da sessão conjunta, receberá governadores

de 2005 – R\$ 5,2 bilhões.

A pressão dos chefes de Executivos estaduais, aliada a uma ameaça de verificação de quórum por parte de Virgílio, pode dificultar a votação do Orçamento. Pelo regimento, o senador, sozinho, conseguiria inviabilizar a deliberação. Para que isso não ocorra, o governo tem de colocar no Plenário do Congresso 41 senadores e 257 deputados – algo difícil de ocorrer em véspera de feriado de Semana Santa.

A confusão sobre as compensações existe porque o fundo para ressarcimento aos estados exportadores, previsto na Lei Kandir, nunca foi regulamentado. No fim

do ano passado, revoltados com o Ministério da Fazenda, os governadores decidiram não aceitar mais os créditos de isenção que os exportadores apresentavam. Depois de muita negociação, o ministério resolveu destinar mais R\$ 900 milhões à Lei Kandir e os exportadores voltaram a contar com o crédito do ICMS.

Na proposta do Orçamento de 2006, para pressionar pela regulamentação do fundo, o Executivo não colocou no texto nenhuma previsão de ressarcimento. Depois de muita insistência, o governo federal autorizou uma verba de R\$ 3,4 bilhões, sob a condição de se regulamentar o fundo.



Tebet adverte que mudança prejudicaria principalmente os pequenos municípios

Tebet é contra a redução do valor de emendas individuais

Ao pedir aos parlamentares a aprovação rápida do Orçamento, Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a manutenção do valor integral das emendas individuais. Os pequenos municípios seriam os mais prejudicados na hipótese de cortes nessas emendas, alertou.

– Sou a favor da Lei Kandir, mas ficar tudo para Minas e São Paulo não é possível. Estou aqui em nome de Mato Grosso do Sul e não posso permitir corte de quem já não tem nada.

Tebet foi aparteado por Maguito Vilela (PMDB-GO), Sibá Machado (PT-AC), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Projeto de Gilvam agiliza processos sobre seguros

Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou a apresentação de projeto que inclui no rol de contratos previstos no Código de Processo Civil várias modalidades de seguros nas quais o contratante seja pessoa física.

– Com a alteração legal ora proposta, o processo todo tornar-se-á bem mais célere, beneficiando não apenas o consumidor, o que já seria bastante satisfatório, mas também as próprias seguradoras.

O senador comemorou ainda a liberação de recursos para o Amapá. As verbas foram asseguradas pela bancada do estado. Em aparte, Papaléo Paes (PSDB-AP) parabenizou Gilvam Borges.



Gilvam explica que a proposta beneficia tanto consumidores como seguradoras

Presidente do Senado anuncia que Bastos pretende esclarecer denúncias de envolvimento na quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa

Ministro da Justiça depõe na próxima semana, diz Renan

Por falta de consenso entre governo e oposição em relação à data, ficou para a próxima semana o depoimento do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, conforme anunciou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. Bastos pretende esclarecer denúncia que o envolvem numa suposta articulação comandada pelo ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, para acobertar responsabilidades na quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

– As decisões aqui são coletivas. Não há consenso para que o ministro venha agora, apesar da iniciativa dele de pedir para vir e para antecipar – afirmou.

Renan disse que o propósito do ministro ao pedir para depor no Plenário do Senado é de ajudar a esclarecer os recentes episódios



João Araújo

Márcio Thomaz Bastos teve a iniciativa de pedir para depor no Plenário do Senado

que levaram à saída de Palocci.

– Se eu fosse ele, agiria da mesma forma. Ele virá, com certeza, na próxima semana – reafirmou.

Apesar dos requerimentos de deputados e senadores convocando Thomaz Bastos, o depoimento do ministro deverá ser no Senado,



Rosewell Pinheiro

José Agripino quer ouvir, antes de Bastos, advogado e ex-presidente da Caixa

segundo Renan, porque o Regimento da Casa possui características que permitem aos senadores tirarem “o máximo do que se quer, que é a participação dele no esclarecimento dos fatos”.

Respondendo ao senador Sibá Machado (PT-AC), Renan esclari-

receu que, como de praxe, será observada a ordem de inscrição para os senadores que quiserem fazer perguntas ao ministro durante seu depoimento.

Tentativa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a viabilidade do depoimento do ministro para hoje ou amanhã, enquanto o líder do PFL, José Agripino (RN), avalia que Márcio Thomaz Bastos só deverá ser ouvido após os depoimentos do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso e do advogado Arnaldo Malheiros na CPI dos Bingos.

Para Agripino, as informações que poderão ser obtidas dos depoimentos de Mattoso e de Malheiros serão substanciais para a arguição que os senadores farão ao ministro da Justiça. Suplicy

chegou a fazer uma sugestão: que Thomaz Bastos, antes de comparecer ao Senado, enviasse aos parlamentares o depoimento que Jorge Mattoso já prestou à Polícia Federal. Mas o líder do PFL discordou: “As perguntas que a Polícia Federal fez ao sr. Jorge Mattoso são algumas, mas podem não ter sido todas as que os senadores desejaram fazer ao sr. Jorge Mattoso e que possam produzir esse ou aquele indício, essa ou aquela dúvida, sobre o ministro Márcio Thomaz Bastos”.

De acordo com José Agripino, o ministro da Justiça deverá comparecer ao Senado “como suspeito para esclarecer fatos”, enquanto o ex-presidente da Caixa “precisa vir para dizer claramente de quem ele recebeu as ordens que resultaram na quebra do sigilo bancário do caseiro”.

Alvaro Dias quer depoimento de Thomaz Bastos na CPI dos Bingos

Em pronunciamento feito ontem no Plenário, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a realização do depoimento do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, sobre os fatos que antecederam a demissão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. De acordo com o parlamentar, o ministro teria sido escalado para defender aqueles que colaboraram para o que chamou de “crime de Estado”, em referência à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.

Alvaro Dias defendeu ainda votação de novo requerimento pedindo a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, cuja “blindagem” só se justifica, a seu ver, para poupar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva da suspeita de ter incorrido em crime de responsabilidade. O senador considera que a quebra do sigilo do caseiro, pela gravidade do fato, juntamente com a compra de votos de parlamentares, já seriam motivos suficientes para o pedido de *impeachment* do presidente.

Ao mesmo tempo em que louvou a iniciativa de Thomaz Bastos de comparecer espontaneamente ao Senado, Alvaro disse



Rosewell Pinheiro

Comissão está à frente das investigações da quebra de sigilo, observa Alvaro Dias

que sua vinda a local distinto da CPI seria inoportuna, pelo fato de a comissão estar à frente das investigações da quebra de sigilo bancário do caseiro e ter, desde seu vazamento, constituído um grupo para ir à Caixa Econômica Federal (CEF) e à Polícia Federal para acompanhar o desdobrar dos acontecimentos.

O senador pelo Paraná se disse espantado com as afirmações do novo ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro, segundo as quais a oposição seria responsável pelo acirramento do quadro político, com o propósito de obter o *impeachment* de Lula. Na avaliação de Alvaro Dias, a oposição tem sido generosa, uma vez que, segundo o jurista Miguel Reale Júnior, há argumentos jurídicos e técnicos suficientes para o pedido de abertura de um processo de *impeachment* do presidente Lula.

Senadores protestam contra falta de quórum

Ao levantar questão de ordem, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reclamou do baixo número de senadores presentes no Plenário ontem e lembrou que todos os parlamentares foram convocados com antecedência para a sessão, excepcionalmente deliberativa, numa segunda-feira.

Para Antonio Carlos, além do prejuízo para a votação de matérias, a ausência dos senadores impede que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, possa comparecer ao Senado ainda nesta semana para dar explicações sobre o caso da quebra do sigilo do caseiro Francenildo Santos Costa.

– O presidente Renan Calheiros argumentou que teríamos matérias para votar e que o ministro se propôs a dar explicações. Não é justo que ele queira vir ao Congresso e isso não possa ser feito por falta de quórum. Não tem quórum porque os senadores não estão sendo descontados em folha. Se não há número, a culpa não é de Thomaz Bastos, mas sim da Casa – disse o senador.

Os senadores Tião Viana (PT-AC) e Mão Santa (PMDB-PI) concordaram com a cobrança de Antonio Carlos.

José Jorge aponta participação de Bastos na defesa de Palocci e Mattoso

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), afirmou ontem não estar incluída nas atribuições do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a defesa de membros do governo, referindo-se a Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda, e Jorge Mattoso, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, acusados de terem quebrado ilegalmente o sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

José Jorge destacou informação da revista *Veja* que, em sua mais recente edição, denunciou a participação de Márcio Thomaz Bastos em reunião na casa de Palocci, após o vazamento à imprensa do extrato bancário de Francenildo, para discutir a estratégia de defesa do ex-ministro e de Mattoso.

Para o líder, a operação montada para desacreditar Francenildo não foi de responsabilidade apenas do ex-ministro Antonio Palocci, mas também do governo. José Jorge apresentou ontem requerimento à CPI dos Bingos solicitando a convocação de depoimento do advogado Arnaldo Malheiros Filho. O senador quer esclarecimentos sobre a participação do advogado em reunião realizada na residência oficial do Ministério da Fazenda, no dia 23 de março, com a presença do ex-ministro Antonio Palocci, do ex-presidente da Caixa Jorge Mattoso e do ministro Márcio



Rosewell Pinheiro

José Jorge: não é atribuição do ministro da Justiça defender membros do governo

Thomaz Bastos.

José Jorge afirma que essa reunião foi convocada com a finalidade de encobrir o envolvimento de integrantes da cúpula do governo Lula com a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. E lembrou, em seguida, trecho do depoimento prestado pelo caseiro à CPI dos Bingos onde confirmou a ida de Palocci à mansão alugada em Brasília por ex-assessores dele na prefeitura de Ribeirão Preto (SP).

– Há fortes indícios de que a ação foi engendrada sob a orientação de experientes advogados criminalistas e, segundo a imprensa, o advogado Arnaldo Malheiros Filho foi um dos consultados para elaborar uma estratégia de defesa, que incluía a tentativa de transferência da responsabilidade pela quebra de sigilo para subalternos dos implicados – sustentou.

Prestação anual de contas chega ao Senado

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o relatório anual sobre as contas do governo. Renan disse que encaminhará o documento para ser examinado por uma comissão especial do Senado, o que é uma operação de rotina.

Suassuna elogia iniciativa de prefeitura

Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou a iniciativa do prefeito do município de Sousa (PB), Salomão Gadelha, de isentar de impostos e permitir o parcelamento da conta de água. Quem tiver consumo mensal de até 40 metros cúbicos, acrescentou, será beneficiado com a gratuidade no fornecimento.

Segundo explicou o senador, a isenção tributária foi possível com a transformação da companhia de água em empresa sem fins lucrativos.

Outra mudança assinada foi a substituição da fatura tradicional por uma espécie de conta corrente para cada consumidor. Assim, se o usuário não puder pagar o valor total do consumo do mês, quita metade e transfere o restante para o mês seguinte. Não haverá cobrança de juros se a dívida for paga em 30 dias.

– Essa é uma fórmula interessante e acho que outros prefeitos devem pensar sobre isso – opinou.



Suassuna assinala mudanças na cobrança de água em Sousa



Gerardo Magela

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, convidou ontem pessoalmente o presidente do Senado, Renan Calheiros, para a solenidade de sua posse na Presidência do STF, a realizar-se no próximo dia 27, às 16h. Ellen Gracie é a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra do STF e também será a primeira a assumir o cargo de presidenta da instância máxima do Poder Judiciário.

Cristovam teme que os jovens vejam a mentira como regra entre políticos

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a mentira na política pode ser comparada em gravidade com a apropriação do dinheiro público. Ele expressou seu temor de que a mentira tantas vezes repetida crie no imaginário popular, sobretudo entre os jovens, a idéia de que é uma regra seguida por todos os políticos.

Cristovam citou como exemplo “a mentira de que não existiu o mensalão e que os milhares de dólares carregados na cueca do assessor do deputado estadual José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão de José Genoino, seriam utilizados na abertura de um negócio”. Mencionou ainda o ex-secretário do PT Silvio Pereira, que afirmou não ter recebido um veículo Land Rover de empresário que mantinha negócios com a Petrobras.

– Infelizmente não tratamos a mentira como uma grave forma de corrupção política – afirmou.

Na avaliação de Cristovam, também é corrupção prometer algo que não será feito, dizer que se fez o que na verdade não foi feito ou aumentar o tamanho de uma reali-



Roosevelt Pinheiro

Cristovam diz que a mentira é tão grave quanto outras formas de corrupção

zação. Ele mostrou como exemplo o programa Bolsa-Família, “que é divulgado pelo governo como emancipador da realidade do povo brasileiro”. Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) destacou que o ex-prefeito de Nova York Rudolph Giuliani também cadastrava cidadãos para receber bolsas do Estado.

– Mas essas pessoas participavam de cursos de profissionalização e eram inseridas no mercado de trabalho. Não é como está sendo feito no Brasil, onde as bolsas são distribuídas sem contrapartida e com o único fim de garantir a reeleição do presidente Lula – comparou Mão Santa.

Presidente do Senado recebe documento, manda publicá-lo e considera prejudicado o recurso do PT

Relatório da CPI vai para Polícia Federal e Ministério Público

O presidente e o relator da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS) e deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), entregaram na noite de ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o relatório final da comissão, aprovado após muita disputa entre governistas e oposicionistas.

– Encaminhei o relatório à publicação e considero prejudicado o recurso do PT, porque hoje se encerra o prazo da CPI. Além disso, ao aprovar o relatório, a comissão cumpriu o seu objetivo constitucional – afirmou Renan.

Serraglio classificou o seu trabalho como “imparcial, na medida em que é possível um cidadão se considerar imparcial”.

– Todos nós temos, queiramos ou não, certas tendências, mas procuramos controlá-las e fizemos o trabalho que o Brasil esperava.

Ele confirmou que os nomes do controlador do Banco Opportunity, Daniel Dantas, e da ex-presidente

da Brasil Telecom Carla Cico estão entre as pessoas cujo indiciamento foi solicitado pela CPI.

O relator observou que todo o material apurado está sendo encaminhado hoje às autoridades da Polícia Federal e do Ministério Público competentes por responsabilizar os culpados. Ele disse que apontou os crimes de sonegação, de tráfico de influência e de corrupção, e que espera, muito brevemente, ver as punições ocorrerem.

– Confio muito no nosso Ministério Público e espero que a Justiça também opere com uma certa agilidade. Nós temos muitos nomes de assessores que frequentaram a agência do Banco Rural no Brasília Shopping, mas não pudemos avançar em conclusões. Alguém deve prosseguir para que possa identificar claramente quem pode e quem não pode ter se dirigido ao banco com intenções mensaleiras – assinalou Serraglio.

Simon: “Delcídio salvou a honra do Congresso”

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que a imparcialidade do senador Delcídio Amaral (PT-MS) e a firmeza do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), respectivamente presidente e relator da CPI dos Correios, evitaram que dez meses de investigações terminassem sem um relatório final.

– O senador Delcídio Amaral salvou a honra do Congresso ao não aceitar a intenção dos petistas de encerrar a CPI sem uma conclusão. E o relatório do deputado Serraglio é espetacular. É claro que ele, se pudesse, teria pedido o indiciamento do presidente da República. Os fatos existentes hoje são muito mais graves que os fatos que levaram ao *impeachment* do presidente Collor – disse.

Pedro Simon afirmou ainda que o procurador-geral da República, Antônio Fernando Souza, “não é um engavetador, como já tivemos no passado”. Por isso, disse que,



Roosevelt Pinheiro

Para Simon, o relatório apresentado por Serraglio é um trabalho espetacular

“se ele achar que tem de indiciar um mundo de gente, até o presidente, ele não vai fugir à sua obrigação”.

O senador sustentou ainda que admira o ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, “mas ele vai ter de explicar” ao Congresso o que esteve fazendo na casa do ex-ministro Antonio Palocci, no dia 23, com a presença do ex-presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e do advogado Arnaldo Malheiros. Segundo a revista *Veja*, nesse encontro teria havido até mesmo a sugestão de se pagar R\$ 1 milhão a algum funcionário da Caixa para assumir a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

Projeto incentiva empresas a adotarem programas de hospedagem e lazer para os empregados. Um dos objetivos é diminuir a ociosidade da rede hoteleira nacional

Trabalhadores poderão ter direito a vale-hospedagem

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se hoje, às 18h30, para examinar e votar pauta com quatro itens, entre eles o Projeto de Lei 488/03, do senador Leonel Pavan (PSDB-SC). A proposta institui o vale-hospedagem e cria dedução do lucro tributável, para fins de imposto de renda, de empresas que adotarem programas de hospedagem e lazer para seus trabalhadores.

O projeto, segundo Pavan, tem duplo objetivo: resolver o problema da ociosidade da rede hoteleira nacional e facilitar o acesso dos trabalhadores aos serviços de turismo. O senador diz que sua proposta “é inspirada



Proposta é inspirada na experiência francesa do cheque-férias, afirma Pavan

na experiência exitosa do cheque-férias, instituído na França, em 1982”.

A pauta da CDR inclui ainda o Projeto de Lei 433/03, do senador César Borges (PFL-BA), que

dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional para ampliar os recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). O relator do projeto, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), apresentou parecer favorável, na forma de substitutivo.

A comissão votará também projeto de lei da Câmara (PLC 122/05), do deputado Bernardo Ariston (PMDB-RJ), que dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e aferição do Selo de Qualidade Nacional de Turismo. O relator do projeto é o senador Leonel Pavan, que apresenta parecer favorável à proposição.

Proposta disciplina fabricação de cal no país

Projeto de lei que visa disciplinar o processo de fabricação de cal para evitar geração de poluentes e prevenir contaminação ambiental poderá ser votado, hoje, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O PLS 314/03, de autoria do senador Aelton Freitas (PL-MG), recebeu substitutivo do senador Delcídio Amaral (PT-MS) na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e terá decisão terminativa na CMA.

O relator, senador Gilvam



Aelton quer evitar geração de poluentes e prevenir contaminação ambiental

Borges (PMDB-AP), afirma que o projeto é “oportuno e pertinente”, pois a produção de cal, se realizada sem a observação de padrões técnicos e ambientais adequados, pode causar contaminação ambiental, humana e animal por dioxinas e furanos, substâncias altamente tóxicas.

Decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre au-

ditoria realizada pelo próprio tribunal também será analisada pela CMA. A auditoria avaliou em que medida o Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE) tem contribuído para melhorar o processo de aprendizagem de alunos deficientes visuais e auditivos.

A CMA poderá votar ainda dois requerimentos que pedem auditoria do TCU. Um deles, do então senador Casildo Maldaner, pretende verificar a legalidade dos contratos nas obras da BR-282, em Santa Catarina. O outro, do senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), pede que seja fiscalizada a execução dos convênios federais firmados com a prefeitura de Guarulhos (SP).

Comissões discutem, em reunião conjunta, a gripe aviária

As comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) reúnem-se amanhã, às 10h, para realizar audiência pública conjunta destinada a discutir a gripe aviária. Para a avicultura brasileira, a entrada da endemia no país pode representar enormes prejuízos, diante do disputado mercado mundial da carne de frango.

Estarão presentes à reunião representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abas-

tecimento; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e do Desenvolvimento Agrário. A idéia é discutir os desdobramentos da doença em relação às atividades socioeconômicas mundiais, especificamente no Brasil, além das conseqüências para a saúde humana e o risco de a gripe transformar-se em pandemia.

A gripe aviária ainda não foi constatada no país, mas já preocupa em várias partes do mundo, especialmente na Ásia, onde a cada dia surgem novos focos. O alastramento da doença já se refle-

te na queda do consumo mundial de frango e, no Brasil, começa a provocar demissões em frigoríficos de Santa Catarina, que sofreram, neste início de ano, baixas inesperadas em suas vendas.

O governo brasileiro tem dito que técnicos de vários ministérios e avicultores estão trabalhando para colocar em prática um plano de contingência destinado a evitar a entrada da gripe aviária no país. A doença é devastadora nas aves e sua transmissão para humanos, como tem ocorrido na Ásia, é fonte de preocupação.

Em análise, indicações de novos diretores para agências reguladoras

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se hoje, às 14h, para analisar mensagens presidenciais com os nomes dos indicados para os cargos de diretores de duas agências reguladoras. Victor de Souza Martins é indicado para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Romeu Donizete Rufino e José Guilherme Silva Menezes Senna, para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A reunião para exame das indicações será pública, mas a votação realiza-se em escrutínio secreto. Caso sejam aprovados, os nomes vão a deliberação do Plenário.

A demora na indicação dos di-

retores das agências reguladoras pelo governo vem sendo criticada pelo senador José Jorge (PFL-PE). Segundo alega, o quadro de diretores das agências está incompleto e essa carência pode comprometer o funcionamento das autarquias. Esse teria sido um dos motivos que o levaram a apresentar projeto de lei, depois transformado em proposta de emenda à Constituição, que autoriza o Senado a fazer a indicação para o cargo de diretor das agências em caso de vacância na função por prazo superior a 50 dias.

Ainda hoje, às 10h, em conjunto com a Comissão de Educação (CE), a CI deverá ouvir em audiência pública o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

Presidente da Petrobras debate auto-suficiência brasileira

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, é o convidado da audiência pública que será promovida em conjunto pelas comissões de Educação (CE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), com a finalidade de debater a auto-suficiência brasileira na produção de petróleo. A reunião está marcada para hoje, às 10h.

A audiência foi solicitada pelos senadores do PFL José Jorge (PE) e Heráclito Fortes (PI), para que o dirigente da estatal esclareça, entre outros aspectos, o valor da campanha publicitária para divulgar a auto-suficiência brasileira em relação ao petróleo, que prevê o envolvimento de professores e alunos da rede pública em todo o

território nacional.

José Jorge tem manifestado preocupação com a intenção do governo Luiz Inácio Lula da Silva de utilizar o fato como instrumento de projeção política. De acordo com o senador por Pernambuco, a auto-suficiência brasileira de petróleo é resultado de um processo de décadas e que envolveu vários governos.

José Sérgio Gabrielli também deverá prestar informações sobre as relações comerciais entre Brasil e Bolívia. Ele deve falar ainda sobre a existência de supostas irregularidades no contrato assinado entre a estatal e a empresa de engenharia GDK, para a construção de plataformas marítimas de exploração de petróleo.

Senado homenageará Leonel Brizola em sessão especial

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou sessão especial para o dia 21 de junho, às 11h, quando a Casa homenageará o ex-governador Leonel Brizola pelo transcurso de dois anos de sua morte. O requerimento para a realização da sessão teve como primeiro signatário o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Outros senadores também assinaram a proposição, entre eles Augusto Botelho (PDT-RR), Mão Santa (PMDB-PI), João Alberto Souza (PMDB-MA), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), João Batista Motta (PSDB-ES),



Brizola será homenageado no dia 21 de junho. Data marca dois anos de sua morte

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Papaléo Paes (PSDB-AP), Osmar Dias (PDT-PR), Renan Calheiros (PMDB-AL), Patrícia Saboya (PSB-CE) e Romeu Tuma (PFL-SP).



Segundo Papaléo, motoristas de táxi e garçons teriam participação no esquema

Papaléo denuncia exploração sexual em Macapá

Papaléo Paes (PSDB-AP) denunciou ontem em Plenário a exploração sexual de adolescentes em Macapá. Com base em recente reportagem do jornal *A Gazeta*, o parlamentar revelou que a Praça Beira-Rio, uma das principais da cidade, virou ponto de prostituição de luxo.

Além de reclamar da omissão da polícia local, Papaléo acusou motoristas de táxi e garçons de bares das proximidades de participarem do esquema.

Papaléo convocou a sociedade e o Estado a atuarem no combate à exploração sexual e cobrou a implementação de programas de inserção social que não se restringam à distribuição de dinheiro.



Assaltantes queriam documentos sobre investigação feita pelo deputado, diz Tuma

Tuma registra assalto a escritório de seu filho

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou ontem em Plenário a ocorrência de assalto no escritório de seu filho, o deputado estadual Romeu Tuma Júnior (PMDB-SP). De acordo com o senador, os assaltantes estariam em busca de documentos relativos a investigações que estão sendo feitas pelo deputado.

Tião Viana (PT-AC) solidarizou-se com Romeu Tuma e afirmou que o fato se constituiu em “violência aos direitos humanos”. Segundo o representante acreano, o Partido dos Trabalhadores se manifesta na defesa da integridade do deputado “como homem público e como pessoa física”.

Ao escolher o Brasil para sua primeira viagem internacional, presidenta do Chile expressa seu apoio à política brasileira de integração dos países latino-americanos

Congresso realiza sessão em homenagem a Michelle Bachelet

A presidenta do Chile, Michelle Bachelet, será homenageada hoje, às 16h30, em sessão solene do Congresso Nacional, a ser realizada no Plenário do Senado. Em entrevista à imprensa, Bachelet manifestou apoio à política brasileira de integração dos países da América Latina, tendo por isso escolhido o Brasil para sua primeira viagem internacional.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareceu à posse de Bachelet, no dia 10 de março. Duas semanas depois, o Chile recebeu o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para preparar a visita de Bachelet ao Brasil. O Chile apóia a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ouvida pela revista *Veja*, a presidenta chilena disse que seu país manterá relação de independência e autonomia com os Estados Unidos. Ela também enfatizou que os governos da América Latina foram eleitos de forma legítima e têm em comum o objetivo de conseguir para seus povos melhores condições de vida.

Filha de um oficial da Força Aérea do Chile que morreu na prisão durante a governo militar,



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareceu à posse de Michelle Bachelet, em março

Michelle Bachelet, 54 anos, afirma que a ditadura do general Augusto Pinochet deixou feridas. Para tratá-las, a médica Bachelet considera necessário preservar a memória histórica do Chile, fazendo com que o país nunca mais volte a passar por essa experiência. Além da democracia do ponto de vista representativo, é importante também, de acordo com a presidenta chilena, desenvolver uma cultura democrática de convivência pacífica com as diferenças e divergências.

Avanços

Com 16,2 milhões de habitantes, o Chile é governado por

uma coalizão de centro-esquerda desde a queda do ditador Augusto Pinochet, em 1990. O país apresenta alguns dos melhores indicadores socioeconômicos da América do Sul.

A expectativa de vida, segundo dados das Nações Unidas, é de 75 anos para os homens e 81 anos para as mulheres, enquanto no Brasil é, respectivamente, de 66 e 74 anos. O PIB *per capita* do país, em 2005, atingiu US\$ 7.089, enquanto o do Brasil, no mesmo ano, foi de US\$ 4.321. A economia do Chile se baseia principalmente na exportação de cobre, peixe, frutas, papel e produtos químicos.

Comissão debate impactos do aumento do mínimo

O impacto do aumento do salário mínimo nas folhas de pagamento das prefeituras foi discutido ontem em audiência realizada em Curitiba pela comissão mista que estuda uma política permanente de reajuste para o mínimo. Muitas prefeituras argumentam que não têm capacidade para absorver o aumento, enquanto outras consideram possível fazê-lo, pois estariam obtendo aumentos reais em suas receitas.

Durante a audiência, o presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Luiz Lázaro Sorvos, disse que os aumentos do mínimo não são acompanhados de aumentos nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), fazendo com que prefeituras paranaenses não consigam respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O FPM, composto por parte



Paulo Paim anuncia proposta para reduzir problemas dos pequenos municípios

da arrecadação federal com o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), é uma importante fonte de receita para as prefeituras do país, principalmente as menores.

Para resolver o problema, a

comissão mista vem estudando a criação de um fundo de compensação para os municípios que ultrapassarem os limites impostos pela LRF. Paulo Paim (PT-RS) declarou que a criação de um imposto sobre grandes fortunas poderia contribuir para capitalizar o fundo – esse tributo está previsto na Constituição federal, mas ainda não foi regulamentado.

A posição do presidente da AMP foi contestada por Cid Cordeiro Silva, supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) no Paraná. Para Cid, “há espaço para absorver os aumentos do mínimo, pois, nos últimos anos, as prefeituras vêm obtendo aumentos reais em suas receitas no que se refere aos repasses do FPM e ao ICMS, que são as principais fontes de recursos para municípios pequenos”.



Passeata de cooperativas da agricultura familiar tem motivos eleitorais, diz Osmar

Osmar Dias condena movimento contra projeto de sua autoria

Osmar Dias (PDT-PR) afirmou ontem que foi surpreendido pela notícia de que a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária (Unicafes) pretende promover hoje passeata com cerca de mil pessoas, em Curitiba, em protesto ao PLS 171/99, de autoria do senador. Segundo ele, a motivação da passeata reside em interesses eleitorais de seus adversários políticos no estado e não em questões relacionadas à proposta.

O senador disse que não aceita a alegação dos organizadores da passeata de que seu projeto irá prejudicar a Unicafes e favorecer a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).



César Borges acusa o governo federal de não fazer investimentos no estado

Governo Lula discrimina a Bahia, afirma César Borges

César Borges (PFL-BA) acusou o governo Lula de discriminar o estado da Bahia na alocação de investimentos, principalmente em obras de melhoria de transportes. Ele destacou que, nos últimos três anos, enquanto o Brasil cresceu 7,7%, a Bahia, mesmo sem o apoio federal, cresceu 17,5%.

– O que a Bahia fez ao presidente Lula para merecer isso? Ele teve uma votação estrondosa dos baianos – argumentou.

Como exemplo, César Borges citou a BR-101, que liga o Nordeste ao Sul e está sendo recuperada em vários estados, “mas, quando chega na Bahia, não existem obras”.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Jucá informa que terminal do aeroporto de Boa Vista será ampliado e reformado

Romero Jucá anuncia vôos da TAM para Roraima

Ao expressar sua preocupação com a crise financeira que afeta a companhia aérea Varig, Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou o início de vôos regulares da empresa TAM, a partir de junho, para Boa Vista, e disse que a TAM se comprometeu, na hipótese de problemas com vôos da Varig para a capital de Roraima, a cobrir imediatamente o roteiro.

Jucá informou ainda a reforma e ampliação do terminal de passageiros do aeroporto de Boa Vista, obra no valor de R\$ 6,3 milhões. Em apertes, César Borges (PFL-BA) e Pedro Simon (PMDB-RS) criticaram o governo pela demora em propor solução para os problemas da Varig. Simon lembrou que as dificuldades da companhia tiveram início no governo Collor, quando os vôos internacionais foram liberados para as outras empresas brasileiras.

Simon pede que governo pague o que deve à Varig

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ao presidente Lula que mande pagar o que o governo federal deve à companhia aérea Varig, evitando que ela acabe “em total falência”.

Simon explicou que a empresa já ganhou em várias instâncias ação sobre dívida decorrente de um tabelamento de preços de passagens aéreas. O valor, “há uns dois anos, era igual a todas as dívidas da empresa”.

– Esse governo, que tem uma certa antipatia com a Varig, já perdeu a ação, mas sempre recorre para não pagar, esticando a agonia da empresa – afirmou.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o fechamento da Varig desempregaria 6 mil pessoas, e sugeriu que os senadores intercedam pela empresa.

– Temos de salvar a Varig. Ela é um dos símbolos do Brasil no exterior – argumentou.

Entre as medidas estão o reajuste real de 1,5% para aposentados do INSS que ganham mais de um salário mínimo e a antecipação do pagamento de metade do décimo terceiro

Viana: “pacote do idoso” amplia rede de proteção a aposentados

O senador Tião Viana (PT-AC) detalhou para o Plenário o “pacote do idoso”, anunciado na semana passada pelo presidente Lula, que inclui o reajuste real de 1,5% (além da reposição inflacionária) para todos os aposentados do INSS que ganham mais que um salário mínimo. O pacote antecipa o pagamento de metade do décimo terceiro salário para setembro deste ano. Em 2007, a primeira parcela já será paga no meio do ano e o restante em dezembro.

– O governo está ampliando a rede de proteção aos idosos. É o início do resgate dos nossos aposentados – disse.

Tião Viana informou ainda que o governo vai regulamentar



Tião Viana diz que pacote de medidas é o início do resgate dos aposentados

o artigo do Estatuto do Idoso que obriga as empresas de ônibus interestaduais a oferecerem assentos gratuitamente a pessoas idosas. Apesar de constar da lei, as companhias de ônibus recor-

reram à Justiça contra a medida. O senador também lembrou que a oferta de medicamentos baratos do programa Farmácia Popular faz parte do “pacote do idoso”.

Em aparte, Romero Jucá (PMDB-RR), ex-ministro da Previdência Social, afirmou que o esforço do governo no combate às fraudes nos benefícios do INSS está propiciando o reajuste dos aposentados e a ampliação do atendimento aos idosos.

Também em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou as medidas do governo, mas pediu às autoridades “projetos emancipadores”, para que os beneficiados por programas de assistência possam aos poucos se libertar do apoio financeiro direto do Estado.

Mão Santa critica remuneração de médicos pelo SUS

Mão Santa (PMDB-PI) criticou a tabela do Serviço Único de Saúde (SUS) quanto à remuneração dos serviços médicos. Para o senador, o governo Lula tirou recursos da saúde e da educação para aumentar a quantidade de ministérios. Segundo o parlamentar, no atual governo, o número de cargos com *status* de ministros pulou de 16 para 40.

De acordo com Mão Santa, o SUS paga por uma cesariana R\$ 100 e por uma consulta médica R\$ 2,50. Conforme seus cálculos, um médico teria de fazer 2 mil consultas ao mês ou cem por dia,



Mão Santa: “Lula tirou recursos da saúde e da educação para aumentar ministérios”

com uma carga de trabalho de 16 horas e 40 minutos por dia, para ganhar R\$ 5 mil.

O senador disse também que

o Executivo desmontou toda a cadeia hospitalar e alertou para o fato de especialistas estarem abandonando os hospitais públicos.

– Nunca antes um governo foi tão irresponsável em saúde.

Em apertes, Augusto Botelho (PDT-RR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) concordaram que o sistema de saúde precisa ser valorizado pelo governo. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que, neste governo, houve um reajuste na tabela dos serviços pagos pelo SUS da ordem 70% em relação ao de Fernando Henrique.



Para Azeredo, falta capacidade gerencial ao governo Lula para recuperar rodovias

Azeredo cobra investimentos em infra-estrutura

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou mais investimentos pelo governo federal em infra-estrutura. Ele exemplificou com a situação atual da BR-040, que liga o Rio de Janeiro ao Distrito Federal, cujas obras de duplicação foram suspensas no início do governo Lula e, até o momento, não foram retomadas. Segundo ele, falta ao governo Lula capacidade gerencial para investir em infra-estrutura, especialmente na recuperação das rodovias.

Em referência ao discurso de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – veja na página 2 –, sobre o tratamento inadequado das autoridades americanas aos brasileiros que chegam àquele país, Azeredo afirmou que o primeiro passo para solucionar a questão seria a indicação, pelo governo americano, de um embaixador para o Brasil.

Valdir Raupp quer limitar número de horas extras por mês

Valdir Raupp (PMDB-RO) quer alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para limitar a 30 horas mensais o número de horas extras que um empregado pode prestar à empresa em que trabalha. Ele informou que oito em cada dez trabalhadores fazem hora extra no Brasil. O projeto (PLS 76/06) aguarda decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na opinião de Raupp, as horas suplementares não representam solução nem para o trabalhador, que precisa de mais horas de lazer e de mais postos de trabalho, nem para o empregador, que necessita de mercado interno para vender seus produtos e serviços.

– A redução do número de horas extras pode aumentar o número de empregos e distribuir melhor a renda. Ademais, jornadas que chegam a dez horas diárias são desumanas – ressaltou.

Projeto de Alvaro Dias antecipa a restituição do IR

Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para ser votado em decisão terminativa, o Projeto de Lei 58/06, que obriga a Receita Federal a devolver, em até 90 dias depois do último dia fixado para a entrega da declaração de Imposto de Renda, o saldo do imposto a ser restituído. Encerrado esse prazo, o dinheiro a ser devolvido será majorado em 10%.

O projeto é do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e foi apresentado sob o argumento de que devem ser honrados os princípios da lealdade e da igualdade nas relações entre o Estado e o contribuinte. O parlamentar

afirma que a administração pública deve dispor de meios para abreviar o prazo do acerto financeiro com o contribuinte, da mesma forma que o Estado exige que o cidadão cumpra os prazos quando ainda há imposto a ser pago pelo contribuinte.

– A legislação fiscal é fértil de prazos e penalidades para o contribuinte, mas muito complacente com o Estado. Não cabem alegações sobre dificuldades burocráticas ou operacionais nisso – justifica.

Alvaro Dias também alega que a atual norma de restituição do imposto pago a mais e por antecipação na fonte remonta a

quase 40 anos e foi instituída no âmbito da reforma administrativa do Ministério da Fazenda, da qual resultou a criação da Secretaria da Receita Federal. No entanto, afirmou, apesar da evolução do imposto, que passou a ser calculado em base mensal, e da evolução de todo o aparato tecnológico da Receita, nada aconteceu que tornasse mais prático e ágil o procedimento de restituição.

Para o senador, os lotes de restituição pagos meses ou anos depois de retidos na fonte configuram empréstimo compulsório do contribuinte para com o Estado.